

Comissão de Redação é ampliada para reduzir o peso da esquerda

ANC P3

GLOBO 13 SET 1988

ANC
X

BRASÍLIA — A Comissão de Redação da Constituinte, presidida e nomeada pelo Deputado Ulysses Guimarães, começa a trabalhar hoje sobre o projeto final da Carta, que será examinado pelo plenário no dia 22. Ontem, sua composição foi ampliada, absorvendo três parlamentares do PMDB e dois do PFL, "para atender aos critérios de proporcionalidade" e "diminuir o peso dos partidos de esquerda", segundo o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), um dos co-Presidentes a quem Ulysses atribuiu a responsabilidade de coordenar os trabalhos.

Por decisão do Presidente da Constituinte, a representação de cinco parlamentares do PMDB recebeu o reforço do Senador Albano Franco (SE) e dos Deputados Luiz Henrique (PMDB-PR) e Marcos Lima (PMDB-MG), passando a oito. A representação do PFL somaram-se os Deputados José Lins (CE) e Paes Landim

(PI). O PDS e o PSDB terão dois representantes e os demais partidos apenas um. O filólogo Celso Cunha e o constitucionalista José Afonso da Silva terão a função de assessores especiais.

Passarinho explicou que a antiga composição dava aos nove partidos de esquerda, unidos, representação superior à das duas maiores bancadas, as do PMDB e do PFL. O Senador admitiu que as mudanças na Comissão, se resolvem o problema dos peemedebistas e dos pefelistas, poderá criar conflitos especialmente com o PSDB, que tem a terceira maior bancada do Congresso e, ainda assim, terá o mesmo número de representantes que o PDS.

— Mas este é um problema que o doutor Ulysses resolve, porque ele tem a chave do segredo — observou Passarinho, que passou o último fim de semana identificando os pontos que a Comissão deverá examinar.

Com relação à única contradição

Telefoto de Luiz Antônio



Passarinho coordena a Comissão

de mérito que identificou no texto, referente à criação de novos Estados — que o artigo 18 condiciona a uma consulta popular e à decisão da As-

sembléia Legislativa e o artigo 49 submete à competência exclusiva do Congresso Nacional — Passarinho acredita ser suficiente uma fusão dos dois dispositivos. Assim, a lei criando o novo Estado seria votada pelo Congresso depois de consultada a população local e a Assembléia.

O curto prazo reservado para o trabalho final da Comissão vai determinar um novo esforço concentrado, agora restrito aos seus 25 integrantes. O Senador Jarbas Passarinho, que chegara a cogitar do adiamento da votação em turno único, terá de se ater aos prazos determinados para o trabalho de redação, já que, para Ulysses, as datas são inalteráveis.

— Meu propósito é o de começar pela manhã e só sair de lá à noite — afirmou Ulysses, que já pediu à Câmara dos Deputados que providencie refeições para os integrantes da Comissão.